



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

CNPJ: 83.779.413/0001-43

Rua Alberto Stein, 466 – Fone (47) 3331-5800

89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina

www.ammvi.org.br

ATA DA 427ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ (Ammvi), REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE ABRIL DE DOIS MIL E QUATORZE, NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU/SC.

Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e quatorze, às oito horas e trinta minutos, realizou-se a quadringentésima vigésima sétima Assembleia Geral Ordinária da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (Ammvi), nas dependências do auditório da entidade, em Blumenau/SC, com a presença de prefeitos, vice-prefeitos, técnicos da Ammvi e demais convidados, conforme registro de presença e Ordem do Dia assim composta: 1 - Leitura e votação da ata da assembleia anterior; 2 - Encontro Regional entre Prefeitos e o Ministério Público; 3 - Saúde pública; 4 - Manifestações e mobilizações municipais; 5 - Cartilha de Prestação de Contas; 6 - Lei de Acesso à Informação e Lei da Transparência; 7 - Escritório de Projetos da Fecam; 8 - Projeto para rede de fibra óptica; 9 - Movimento econômico; 10 - Resíduos sólidos e TAC Saneamento. O presidente da Ammvi, senhor Sergio Almir dos Santos, prefeito de Indaial, declarou aberta a assembleia e convidou os membros da Diretoria Executiva para compor a mesa de autoridades. Em prosseguimento, o presidente da Ammvi confirmou o recebimento antecipado da ata pelos prefeitos e, não havendo manifestação, o documento foi encaminhado para votação, o qual foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente passou ao segundo item em pauta, em que falou sobre as dificuldades enfrentadas pelos municípios na relação com o Ministério Público, principalmente no que tange os Termos de Ajustamento de Conduta (TAC's), deixando os prefeitos em situação delicada em função do curto espaço de tempo para resolução dos problemas, seja pela estruturação física, seja pela contratação de profissionais e demais peculiaridades, pois o gestor público está atrelado à legislação e à limitação de recursos. O presidente da Ammvi citou ainda alguns pontos que merecem ser destacados ao MP, principalmente os relacionados ao meio ambiente, saúde pública e educação infantil. O prefeito Sergio comunicou ainda que na primeira semana de maio será feita uma reunião com os presidentes da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí (Amavi) e da Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí (Amfri) para estabelecer os pontos comuns e alinhar o discurso. Para o presidente, o evento é uma oportunidade de aproximação dos prefeitos com o Ministério Público, a fim de buscar entendimento e diálogo mais cordial, em prol dos interesses da sociedade. Em seguida, o presidente passou a palavra ao secretário executivo da Ammvi, senhor José Rafael Corrêa, que lembrou que o Encontro Regional entre Prefeitos e o Ministério Público será no dia vinte e sete de maio, a partir das oito horas e trinta minutos, na sede da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Blumenau e reunirá três associações de municípios: Ammvi, Amfri e Amavi, contemplando todo o Vale do Itajaí. Foram convidados para o evento cento e trinta e cinco promotores, cinquenta e três prefeitos, a Coordenadoria Estadual do Ministério Público, Federação Catarinense de Municípios (Fecam), executivos e jurídico das associações microrregionais. Na ocasião, não será permitido o acesso dos procuradores municipais. Na reunião, cada presidente de Associação terá vinte minutos para exposição e, para otimizar este tempo, será feita a reunião com os presidentes das Associações envolvidas para que os assuntos não sejam repetidos e os tópicos mais conflitantes sejam reforçados. Além disso, na ocasião é importante falar não somente dos problemas, mas também da causa destes, para que os promotores compreendam a origem e a dimensão das dificuldades da administração pública. O secretário explicou à

44 assembleia a metodologia que a entidade vem adotando para colher informações e demandas
45 dos municípios no que tange o relacionamento com o Ministério Público, de forma que possa
46 contemplar as dificuldades dos municípios nas diversas áreas. Os prefeitos falaram que se
47 colocam à disposição para estreitar os laços com o Ministério Público, visando à melhoria do
48 serviço público, porém é necessário um diálogo permanente entre os prefeitos e o MP, para
49 que as demandas recebidas sejam primeiramente levadas ao Executivo Municipal. Discutindo
50 sobre as áreas com mais dificuldades nos municípios, os prefeitos citaram educação, saúde,
51 meio ambiente, recursos humanos, assistência social, controle e transparência. Na educação,
52 abordaram as problemáticas da disponibilização de vagas em creches municipais, que
53 geralmente são insuficientes diante da demanda e os Municípios não dispõem de recursos
54 suficientes para manutenção. Os prefeitos falaram da cobrança do MP na criação de novas
55 vagas em curto espaço de tempo, pressão pelo atendimento em tempo integral e transporte
56 escolar para alunos da rede estadual de ensino. Além disso, citaram que os pais exigem local
57 para a escolha de vagas, porém os gestores consideram que o zoneamento deve ser
58 respeitado. Para o secretário de Gestão Governamental de Blumenau, Paulo Costa, é
59 importante os prefeitos convidarem as empresas para discutir sobre creche em tempo integral e
60 buscar parcerias delas no custeamento dos educandários. O presidente da Ammvi disse que é
61 importante os prefeitos e o Ministério Público cobrarem a contribuição social das empresas de
62 médio e grande porte, pois muitas repassam como benefício à mãe um valor para o
63 custeamento da criança em creche particular e esta deixa seu filho em escola pública
64 municipal, sem contribuir com recursos. Além disso, a grande dificuldade dos prefeitos não é a
65 construção de obra física e sim a manutenção dos espaços, principalmente os gastos com
66 pessoal. O prefeito de Pomerode, senhor Rolf Nicolodelli, exemplificou aos prefeitos a parceria
67 entre a prefeitura e a Malwee, em que a empresa subsidia uma creche municipal aos filhos de
68 seus colaboradores. Para o prefeito, se todas as empresas cumprissem com a legislação, a
69 carga sobre o poder público municipal não seria tão pesada. Segundo ele, esta cobrança deve
70 ser levada ao MP, pois se as prefeituras devem cumprir as regras, a iniciativa privada também
71 precisa fazê-lo. O prefeito de Rodeio, senhor Paulo Roberto Weiss, salientou que o direito à
72 educação é uma premissa de todo cidadão brasileiro, porém o entendimento do MP é que o
73 município deve dispor da vaga no bairro e na creche que os pais escolhem, no entanto, isso
74 não se aplica à realidade local. Os prefeitos citaram que tem aumentado significativamente a
75 responsabilidade dos Municípios e, nesse sentido, é importante também responsabilizar outros
76 atores envolvidos. O prefeito de Rio dos Cedros, senhor Fernando Tomaselli, salientou da
77 importância de apresentar os números de custo/aluno para mostrar o quanto os valores estão
78 defasados e a conta sobressalente é paga pelas administrações municipais. Para o prefeito
79 Fernando, o Médio Vale do Itajaí tem crescido substancialmente em termos populacionais e,
80 por isso, os principais custos recaem especialmente sobre saúde e educação, ficando grande
81 parte do ônus por conta dos municípios. No transporte escolar os prefeitos citaram a falta de
82 obediência ao zoneamento, valores insuficientes do Estado e da União para custeio, pediram a
83 responsabilização de outros atores e a demonstração dos custos dos programas estaduais e
84 federais sustentados pelos Municípios. Ainda na área da educação, os prefeitos inseriram a
85 educação inclusiva aos alunos com deficiência, pois sendo esta uma importante demanda e
86 sobre a qual sofrem pressão do MP, as administrações municipais enfrentam a falta de

87 profissional qualificado, dificuldades de contratação de corpo técnico e dificuldades
88 orçamentárias para adaptação da estrutura física. O prefeito de Gaspar, senhor Pedro Celso
89 Zuchi, disse que o Ministério Público deve respeitar a legislação municipal, já que se tem um
90 planejamento orçamentário e financeiro que deve ser seguido, e os municípios têm aplicado
91 especialmente em saúde e educação mais recursos do que o índice constitucional. Segundo
92 ele, os prefeitos querem fazer todas as ações em benefício da população, porém muitas vezes
93 um TAC não resolve a situação e os prefeitos precisam saber como resolver cada problema, e
94 onde captar recursos. Discutindo sobre saúde pública, os prefeitos citaram as dificuldades para
95 custeio dos hospitais filantrópicos, pois os municípios aumentam a cada ano o valor do repasse
96 de recursos, mas estes ainda são insuficientes para manutenção dos serviços de pronto-
97 socorro, enfermagem e internação. Além disso, há incorreção na prestação de contas dessas
98 entidades hospitalares, o que prejudica e atrasa o repasse de recursos. Os gestores falaram
99 ainda da situação caótica em que se encontra a saúde pública, principalmente pelo valor
100 defasado da tabela do Sistema Único de Saúde (SUS), o que tem prejudicado a gerências dos
101 hospitais. O secretário executivo do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí
102 (Cisamvi), senhor Carlos Cesar da Silva, falou que a responsabilidade sobre os hospitais estão
103 a cada dia sendo repassadas aos municípios, reduzindo a competência do Estado e da União,
104 pois o paciente procura o prefeito e ajuíza ação contra o município. Novamente neste item os
105 prefeitos pediram que seja cobrada dos promotores atenção para responsabilização de todas
106 as esferas, para que não somente os Municípios recebam o ônus da situação atual, já que
107 também estão buscando soluções para melhorar o cenário e oferecer serviços de saúde
108 adequados à população. Neste item, os prefeitos falaram ainda das ações do MP na cobrança
109 aos Municípios para fornecimento de medicações de alto custo, pois os gestores entendem e
110 reconhecem a necessidade de atendimento adequado da população, porém não possuem
111 aporte financeiro para fornecer tais medicações, as quais devem ser garantidas pela União.
112 Porém, como o processo contra o Estado ou a União é demorado, o cidadão impetra ação
113 contra a municipalidade. Além disso, alguns cidadãos se consultam em médico particular e
114 depois procuram o SUS para a aquisição do medicamento. Na área da saúde, citaram ainda a
115 realização de cirurgias em hospitais e médicos particulares em que os casos de rejeição e
116 problemas são repassados ao SUS, como também os pacientes que conseguem cirurgias em
117 Florianópolis através do apoio, não respeitando a fila de espera. Quanto aos exames de média
118 e alta complexidade, os prefeitos pediram atenção ao MP para compreender que os Municípios
119 têm que dar um grande aporte de recursos para superar a demanda não comportada pelo
120 SUS, ocasionando muitas vezes o ajuizamento de ações contra os Municípios. Neste item, o
121 prefeito de Rio dos Cedros, senhor Fernando Tomaselli, lembrou que alta complexidade é
122 competência dos governos estadual e federal, então não cabe ao município resolver isso e o
123 MP deve compreender a divisão de competências e ajudar os prefeitos a encaminhar as
124 diligências ao respectivo ente. Na área de meio ambiente, os prefeitos citaram dificuldade na
125 liberação de construções devido ao afastamento de rios, ribeirões, córregos e áreas de
126 preservação permanente (APP's), a falta de liberação de loteamentos devido às dificuldades de
127 desmembramentos e a falta de entendimento sobre as áreas consolidadas. O prefeito de
128 Botuverá, senhor José Luiz Colombi, disse que é necessário cobrar dos promotores
129 resolutividade principalmente no que se refere aos loteamentos e APP's, pois em alguns



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

CNPJ: 83.779.413/0001-43

Rua Alberto Stein, 466 – Fone (47) 3331-5800

89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina

www.ammvi.org.br

130 municípios a situação tem causado preocupação. O prefeito citou como exemplo o seu
131 município, que é rodeado por rios e pelo Parque Nacional da Serra do Itajaí, em que o cidadão
132 constrói e depois, para poder sair do local indevido, precisa receber indenização do poder
133 público. O prefeito sugere que seja acordado com os promotores propostas de compensação
134 ambiental, de forma que os agricultores familiares possam continuar com seu trabalho e não
135 sejam severamente prejudicados pelo Código Florestal Brasileiro. Já o prefeito de Rio dos
136 Cedros sugere que seja apresentada proposta sobre as áreas consolidadas. Em tais casos o
137 MP tem buscado intervir junto às administrações municipais e, por isso, é importante que os
138 promotores compreendam as dificuldades e possam ampliar o diálogo com os gestores
139 públicos. Na área de contratação de pessoal, os promotores têm exigido a redução de
140 contratação temporária de profissionais, principalmente na área da Educação, porém os
141 municípios encontram dificuldades para contratação através de concurso público em virtude
142 das limitações de gastos com pessoal ditados pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), da
143 ausência de profissionais qualificados em determinadas áreas e do grande número de
144 servidores afastados por motivo de doença. O presidente da Ammvi falou da necessidade de
145 explicar essa situação ao MP, já que os municípios têm que contratar ACT's para substituir os
146 profissionais afastados e licenciados, porém o prefeito entende que esta contratação não deve
147 ser abusiva e concursos devem ser realizados para o preenchimento das vagas em aberto. Na
148 assistência social os prefeitos pedirão parceria do MP para os casos de internação de idosos e
149 adolescentes, como também maior divulgação dos recursos para o Fundo da Infância e da
150 Adolescência (FIA) e auxílio dos entes na implantação e manutenção do Centro de Atenção
151 Psicossocial (Caps). Na área de controle e transparência, a proposta dos prefeitos é para
152 poder discutir com os promotores as diretrizes e prazos dos termos de ajustamento de conduta
153 relacionados à Lei de Acesso à Informação (LAI), pois os municípios já estão melhorando a
154 transparência das ações de governo, no entanto, a Ammvi entende que as informações devem
155 ser repassadas quando solicitadas, o que não significa que todos os dados devem estar
156 publicados no site da prefeitura. Para o secretário de Gestão Governamental de Blumenau,
157 Paulo Costa, é importante ainda buscar um entendimento com o MP sobre algumas questões e
158 tirar diretrizes da reunião com os promotores. O presidente da Ammvi disse que para a data é
159 relevante se levar números próximos da realidade. O prefeito de Rodeio analisou que falta
160 entendimento dos promotores para compreender as competências de cada ente federativo,
161 pois a função dos municípios é promover a saúde e garantir a atenção básica. O secretário
162 executivo da Ammvi falou sobre vigilância sanitária, um dos tópicos a serem apresentados ao
163 MP, sob a ótica de dois pontos: saneamento básico e fiscalização de feiras e comércio. Como
164 os dois assuntos estão esclarecidos aos prefeitos e não havendo manifestação a ser
165 apresentada ao MP, o tema não será debatido no encontro em maio. Sobre este assunto ainda,
166 o presidente frisou que o MP deve respeitar as competências dos Municípios e trabalhar na
167 responsabilização de todos os atores envolvidos, pois muitos programas estaduais e federais
168 são custeados majoritariamente pelos municípios. Segundo o presidente da Ammvi, a decisão
169 tomada pelos promotores deve atender a realidade dos números dos municípios e respeitar os
170 recursos orçamentários e financeiros. O prefeito de Rio dos Cedros, senhor Fernando
171 Tomaselli, sugeriu que a Ammvi apresente ao MP propostas em que este pode ser parceiro
172 dos municípios para buscar melhorias dos serviços oferecidos ao cidadão. O prefeito de



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

CNPJ: 83.779.413/0001-43

Rua Alberto Stein, 466 – Fone (47) 3331-5800

89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina

www.ammvi.org.br

173 Gaspar, senhor Pedro Celso Zuchi, sugeriu que ao MP seja falado sobre os casos de denúncia,
174 de forma que no acontecimento desta, o prefeito e o procurador seja antes chamado para uma
175 conversa e acareação, antes que o caso seja divulgado na imprensa e atinja a imagem e
176 idoneidade dos gestores públicos, pois, uma vez comprovada sua inocência, esta não é
177 divulgada na mesma proporção. Passando ao terceiro assunto em pauta, os prefeitos
178 deliberaram que o tema será tratado em próximo encontro. Dando continuidade, o secretário
179 executivo da Ammvi falou sobre as mobilizações municipalistas que estão acontecendo nos
180 municípios, estados e em Brasília. O movimento, encabeçado pela Confederação Nacional de
181 Municípios (CNM) e apoiado pelas entidades estaduais e microrregionais de municípios,
182 pretende realizar vigílias no Congresso Nacional a cada quinze dias, sempre nas terças-feiras,
183 para pressionar os parlamentares na aprovação de medidas em favor dos municípios. A
184 primeira vigília aconteceu no dia oito de abril e a segunda, que seria no dia vinte e dois, foi
185 cancelada e a informação que se tem é que até a edição da Marcha a Brasília em Defesa dos
186 Municípios não será feito outro movimento. A CNM vai verificar outra forma de realizar
187 manifestação permanente. Em função disso, o secretário questionou aos prefeitos se eles têm
188 a intenção de promover alguma manifestação e de que forma gostariam, salientando que os
189 materiais gráficos criados pela CNM e Federação Catarinense de Municípios (Fecam) não
190 foram aprovados pela Ammvi, em virtude da frase que sinaliza falência dos municípios. O
191 presidente sugeriu que os prefeitos tratem desse tema nas entrevistas concedidas às rádios
192 locais e enviem nota à CNM. O secretário de Gestão Governamental de Blumenau, Paulo
193 Costa, complementou que a mobilização sobre o tema na região ajuda a manter as
194 reivindicações em pauta e informar à população dos problemas que os municípios enfrentam,
195 pois quando a mobilização acontece em Brasília não tem a repercussão local necessária. Ele
196 sugeriu algum movimento regional para chamar a atenção. O prefeito de Brusque, senhor
197 Paulo Roberto Eccel, falou da presença de um consultor alemão que esteve em Brusque
198 durante quarenta e dois dias fazendo um estudo sobre desenvolvimento econômico. Ao final,
199 durante apresentação do relatório feito pelo consultor, ele verificou que no Brasil há muito
200 lamento e transferência de responsabilidades, tanto da classe empresarial quanto política,
201 desperdiçando-se tempo no queixume e pouca aplicação na ação criativa e resolução dos
202 problemas. O prefeito falou que a dificuldade de destinação e repasse de recursos da União
203 aos Municípios também deve ser complicada e, por isso, os prefeitos não podem iludir a
204 população com o discurso que o governo federal não faz porque não quer. Segundo o prefeito,
205 todos são do poder público e devem ter compreensão uns com os outros e não somente
206 buscar culpados. O senhor Paulo Eccel sugeriu que os prefeitos e entidades se unam em prol
207 de uma reforma política, a qual resolveria todas as questões de divisão de competências entre
208 os entes e o próprio pacto federativo, para que se trabalhe o foco do problema e não os
209 nuances periféricos. O presidente da Ammvi propôs realizar um evento e convidar as entidades
210 representativas para que compreendam a realidade das administrações municipais e sejam
211 parceiras em bandeiras que provoquem o desenvolvimento regional. Para ele, uma mobilização
212 na rua ou um convite à imprensa pode não sofrer significativa adesão. Em seguida, o senhor
213 Paulo Costa disse que a questão deve ser pensada melhor e estrategicamente, pois como
214 acontece nos últimos anos está cansativo e o resultado ainda é píffio. Para ele é necessário
215 pensar algo mais aprofundado, pois a repercussão para uma mobilização talvez não seja

216 favorável. O prefeito de Timbó, senhor Laércio Demerval Schuster Junior, propôs que a Ammvi
217 faça eventos em alguns municípios e convide os diversos órgãos e entidades representativas
218 de empresários, lojistas e clubes de serviço para compreender a lógica do pacto federativo, a
219 divisão dos recursos, as atribuições de cada ente e o cofinanciamento dos municípios aos
220 programas estaduais e federais. Para ele, se iniciar este processo de construção de parcerias,
221 a longo prazo os prefeitos não estarão sozinhos e construirão parcerias para mudança do
222 pacto federativo. Retomando a palavra, o senhor José Rafael Corrêa disse que, conforme
223 deliberação dos prefeitos, ficou claro que até o momento não há necessidade de alguma
224 manifestação regional, deixando livre aos municípios atividades de interesse. Ele sugeriu que,
225 após eleição, seja feita uma mobilização com os eleitos para apresentar as reivindicações dos
226 municípios. Dando continuidade à assembleia, passou para a Cartilha de Prestação de Contas,
227 cujo evento de lançamento aconteceu no dia nove de abril, em Blumenau, com a presença de
228 aproximadamente cento e vinte pessoas, e contou com a presença do prefeito de Botuverá,
229 senhor José Luiz Colombi. Após este, estão sendo realizadas palestras em sete municípios,
230 envolvendo as cidades vizinhas, para informar as entidades sobre as orientações da Instrução
231 Normativa nº 14 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC). Segundo o
232 secretário, os comentários estão sendo benéficos e promissores, e o objetivo vem sendo
233 atingido, ou seja, as entidades estão compreendendo que as normas são de órgãos de
234 fiscalização e controle e não exigências avulsas dos controladores internos das prefeituras. As
235 entidades também estão compreendendo da importância do processo de prestação de contas
236 e colaborando com os municípios. O presidente da Ammvi elogiou a iniciativa e disse que a
237 cartilha vem corroborar com o trabalho das prefeituras, pois para os municípios é importante
238 que as entidades continuem desenvolvendo o trabalho social, porém estas precisam
239 compreender o processo e seguir as instruções. Em prosseguimento, abordou-se sobre a Lei
240 de Acesso à Informação e Lei da Transparência, assunto explanado pelo secretário executivo
241 da Ammvi, alertando que as gestões municipais deverão adequar suas estruturas
242 administrativas, investindo em recursos humanos, financeiros, materiais e físicos. . Para o
243 segundo semestre está programado um evento da Ammvi com palestra sobre o assunto.
244 Aproveitando o espaço, o senhor José Rafael explicou ainda sobre o Escritório de Projetos da
245 Fecam, que já foi apresentado em assembleia de prefeitos. A proposta da Fecam para usar
246 este serviço é de R\$ 3.000,00 (três mil reais) e, em contrapartida, a entidade repassa as
247 informações diárias pertinentes à captação de recursos, abertura de editais dos ministérios e
248 captação de técnicos municipais. Além disso, o senhor José Rafael questionou da possibilidade
249 de contratação de um profissional para atuar na Ammvi na área de captação de recursos,
250 orientando os agentes públicos e acompanhando a elaboração e execução dos projetos. O
251 presidente da Ammvi sugeriu amadurecimento da ideia, pois alguns municípios têm escritórios
252 contratados para essas funções, além de que os ministérios não aceitam a interferência de
253 agenciadores. Findado este, passou-se para o próximo assunto – projeto para rede de fibra
254 óptica, abordado pelo secretário executivo da Ammvi. Segundo ele, esta discussão vem
255 acontecendo no Colegiado de Tecnologia da Informação e duas empresas. Atualmente as
256 empresas cobrem boa parte dos municípios nessa área e a ideia é interligar a rede de fibra
257 óptica dos municípios, proporcionando economicidade, agilidade e segurança da informação.
258 Conforme o secretário, em conversas anteriores com as Centrais Elétricas de Santa Catarina



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

CNPJ: 83.779.413/0001-43

Rua Alberto Stein, 466 – Fone (47) 3331-5800

89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina

www.ammvi.org.br

259 S.A (Celesc), soube-se que esta possui uma rede ampla de fibra e não usa 30% (trinta por
260 cento), ficando um espaço ocioso de cabos. Em virtude disso, a Ammvi expôs à companhia seu
261 interesse em usar a rede ociosa para interligar os quatorze municípios, ao que a Celesc se
262 mostrou favorável e uma conversa está sendo feita. A proposta inicial da Ammvi é que o
263 custeio de instalação da rede seja partilhada entre os municípios e a Celesc, e a manutenção
264 da rede por conta da companhia. Neste item os prefeitos manifestaram apoio ao projeto. Dando
265 continuidade à assembleia, o item movimento econômico será discutido em próximo encontro.
266 Passou-se então a resíduos sólidos, momento em que o senhor José Rafael explicou aos
267 prefeitos que a Ammvi está analisando duas formas de modelo jurídico de criação da usina de
268 biogás: consórcio em um modelo diferenciado e empresa pública. Comentou ainda que, em
269 reunião na empresa Ipel – Indaial Papel Embalagens está sendo montada uma caldeira onde
270 poderia ser queimado o rejeito da usina de biogás, diminuindo ainda mais o resíduo depositado
271 no aterro sanitário. A perspectiva é que o governo federal defina projetos pilotos e a região está
272 cotada para ser um deles e, independente de recursos, a política de resíduos sólidos deverá
273 continuar. O senhor Paulo Costa disse que no momento o município não tem condições de dar
274 uma resposta definitiva sobre o caso e considerou a questão ambiental como fator primordial.
275 Em relação à elaboração do Plano Municipal de Resíduos Sólidos em conjunto com os demais
276 municípios, Blumenau deverá dar uma resposta em um mês, pois não é o modelo considerado
277 ideal pela administração municipal. Em seguida, a assessora de Saneamento da Ammvi,
278 senhorita Fabiana de Carvalho Rosa, discorreu sobre o acompanhamento dos TAC's na área
279 de saneamento, entregando aos prefeitos dados sobre os prazos, metas e recomendações,
280 lembrando que as principais dificuldades estão no código sanitário e notificação de imóveis
281 irregulares. A Ammvi está trabalhando na elaboração de uma minuta de código sanitário para
282 auxiliar os municípios, que poderão adaptá-la à realidade local e encaminhar para aprovação.
283 Nas atualizações na área de resíduos sólidos a senhorita Fabiana comunicou que a Ammvi
284 entrou como interveniente em um projeto da Universidade de Blumenau (Furb) na área de
285 educação ambiental, em que a contrapartida é horas de técnicos da entidade e dos municípios.
286 Falou ainda que foi feito um contato com os membros do Movimento de Catadores de
287 Blumenau para convidá-los a participar de uma reunião do Colegiado de Resíduos Sólidos,
288 como também verificar com eles alternativas de estruturação das cooperativas de catadores
289 nos municípios. Sobre os grupos de trabalho, a assessora informou que estão desenvolvendo
290 um informativo para encaminhar à Furb, a qual fará a criação do leiaute e também de mascotes
291 para se trabalhar na educação ambiental. A ideia é que até o final do semestre o material fique
292 pronto. Já na parte de vendas, o grupo está fazendo um levantamento dos materiais e seus
293 respectivos valores. Encerrando este tópico e nada mais havendo a tratar, o presidente Sergio
294 Almir dos Santos agradeceu a presença de todos e declarou encerrados os trabalhos da
295 assembleia, da qual se lavrou a presente ata.

296
297
298
Sergio Almir dos Santos
Presidente

José Rafael Corrêa
Secretário Executivo